

Fundos e Fechos de Pasto: territorialidades específicas, lutas e alguns desafios¹

Franklin Plessmann de Carvalho – UFRB/BA²

Palavras Chaves: Territorialidade; Uso Comum; Povos Tradicionais

RESUMO

O objetivo deste trabalho é descrever um contexto social de luta pela possibilidade de reprodução de modos de vida denominados “comunidades de fundo ou fecho de pasto”. Estas ditas “comunidades” se encontram num movimento de passagem entre uma situação denominada “terras soltas” para outra, a de “fundos de pasto ou fechos de pasto”, que também podem ser percebidas como um desafio para atualização das formas de gestão do “uso comum”. Nesta perspectiva precisamos visualizar as condições de possibilidade para atualização das normas e dos conhecimentos tradicionais dos agentes sociais que partilham o “uso comum” dos recursos. Os conhecimentos tradicionais e as normas que regulam o “uso comum” dos recursos mudam consoante os processos de transformações sociais. (ALMEIDA, 2011, p. 20) No caso aqui estudado, percebe-se um processo de intensa mobilização em torno da afirmação de direitos territoriais que propiciam a consolidação de formas organizativas em torno de uma categoria específica de autodefinição. Essas formas organizativas se apresentam como uma identidade coletiva que fortalece estruturas comunitárias e as práticas de “uso comum”. Possuem autonomia organizativa, representada formalmente pelas “Associações”, pela “Central de Associações” e pela “Articulação Estadual de Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto”. Os dados analisados neste trabalho foram construídos a partir da pesquisa realizada para elaboração da tese de doutorado “Fundos de Pasto: territorialidade, luta e reconhecimento” e dos trabalhos de campo do projeto de pesquisa “Identificação e Gestão de Agroecossistemas Agroecológicos com apoio de Cartografias Sociais”

¹ “Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.”

² Graduado em engenharia agrônômica, mestrado em ciências sociais e doutorado em antropologia. Professor adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Email: franklinpcarvalho@ufrb.edu.br

O CONTEXTO

Este artigo é baseado numa relação de pesquisa de mais de dez anos³ com os agentes de “unidades sociais” de “fundo de pasto”. Mais recentemente iniciei trabalhos com agentes de “unidades sociais” de “fechos de pasto”. Ambas as identidades, fundos e fechos de pasto, foram construídas por agentes sociais durante o processo de resistência às ações de expropriação de suas terras⁴ buscando o reconhecimento das terras tradicionalmente ocupadas.

Atento a este processo de resistência, orientei as investigações visando compreender as representações relacionadas às terras tradicionalmente ocupadas, dando conta do sistema de relações sociais correspondente aos processos de territorialização das “unidades sociais” mencionadas.

Este artigo tem como referência o primeiro capítulo da tese de doutorado “Fundos de Pasto: territorialidade, luta e reconhecimento” (CARVALHO, 2014, cap1)⁵, que por sua vez orientou a elaboração de um artigo enviado a revista RURIS/UNICAMP⁶. Reescrevo-o para a 30ª RBA com intuito de participar de um espaço privilegiado de reflexão e crítica. No primeiro capítulo da tese descrevo questões relacionadas ao processo de territorialização de cinco famílias⁷, identificando as terras tradicionalmente ocupadas e seus usos, bem como a relação entre produção e consumo. Ao descrever as “territorialidades específicas” destas cinco famílias, apresento a passagem de um momento na qual predominavam as “terras soltas” para o

³ Antes de estabelecer relações de pesquisa com as denominadas “comunidades de fundo de pasto” prestei assessoria técnica como agrônomo, entre os anos de 1998 e 2004. Desta forma são mais de 18 anos de relação profissional com os agentes sociais destas unidades sociais.

⁴ Refiro-me especificamente as estratégias utilizadas para favorecer a expansão de empresas do ramo da mineração, do agronegócio e turismo. Estamos observando no Brasil uma série de novas estratégias empresariais apoiadas pela implementação de políticas “de reorganização de espaços e territórios”. Essas políticas são resultantes de uma ação de Estado deliberadamente protecionista, voltadas para a reestruturação dos mercados, disciplinando a comercialização da terra, dos recursos florestais e do subsolo. A implementação destas políticas implica na flexibilização de normas jurídicas que asseguram direitos territoriais de povos e “comunidades” tradicionais, fragilizando a afirmação das “terras tradicionalmente ocupadas” e objetivam atender às demandas progressivas de um crescimento econômico baseado principalmente na exportação de commodities minerais e agrícolas. Estas estratégias estão colocando em risco o modo de vida de uma diversidade de povos e “comunidades” tradicionais. (ALMEIDA, 2014, p. 352)

⁵ Tese de doutorado, defendida em 28/11/2014, no “Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia”, na qual foi decorrência de uma descrição etnográfica baseada em um trabalho de campo rigorosamente orientado, na qual utilizei técnicas de observação direta e descrições pormenorizadas das ações acompanhadas. Essa descrição foi complementada por uma literatura antropológica específica, por uma produção acadêmica relativa ao tema e a análise dos posicionamentos do Estado relativos a questões relacionadas diretamente com a territorialidade de “unidades sociais” de “fundo de pasto”.

⁶ O artigo é intitulado “Fundos de Pasto – Territorialidade e uso comum” se encontra no prelo.

⁷ Todas as cinco famílias estão localizadas no município de Oliveira dos Brejinhos, Bahia.

outro momento, que irá convergir com a formação dos denominados “fundos de pasto”. Apresento também as diferenças entre “terras individuais” e “terras coletivas”, e como cada família se utiliza destas terras.

Este artigo também está baseado em pesquisa, ainda em andamento, relacionada com o projeto “Identificação e Gestão de Agroecossistemas Agroecológicos com apoio de Cartografias Sociais”.⁸ Destaco o processo de organização empreendido por famílias⁹ que ocupam uma área de uso comum, denominada “fecho”, que se encontra ameaçada por grilagem.

A análise descritiva teve como referência a própria representação dos entrevistados, representações estas que foram objetivadas a partir das suas unidades discursivas, referidas às distintas situações que foram abordadas. Através das perspectivas dos entrevistados é que elaborei minhas análises e classificações. Busquei compreender os significados de fundo e fecho de pasto a que se referem os agentes sociais que se autodeclararam pertencer a um tipo de unidade social designada como “comunidade de fundo / fecho de pasto”.

Destaco que em ambas as situações de pesquisa os agentes sociais acionam a “tradição” como elemento da “luta” quando a terra tradicionalmente ocupada, elemento que estrutura um modo de vida, é ameaçada. O modo de ser tradicional é utilizado para se contrapor à ação do antagonista, do “outro” que quer “te destituir”. Tradição se apresenta como algo relacional e dinâmico. As estruturas aqui descritas não são outra coisa senão o produto objetivado das lutas históricas tal como se pode apreendê-lo num momento do tempo. (BOURDIEU, 1990, p. 213).

As situações empiricamente verificadas apresentaram um quadro de várias mudanças. Tomando como referência os últimos quarenta anos, as terras de uso comum se reduziram, novas técnicas agrícolas foram utilizadas. Nas áreas de fundos de pasto a organização do sistema produtivo passou a ter na caprinocultura sua principal orientação. A economia também passou por uma transição, de um momento anterior na qual predominava o “valor de uso” para o momento atual na qual predomina o “valor de troca”. Encontrei um sistema econômico baseado na monetarização.

Simultaneamente a estas mudanças diminuiu o número de pessoas em cada família. A “roça”, como local onde se realiza as relações sociais que estruturam um

⁸ Camada CNPQ 39/2014, com intuito de apoiar a formação de núcleos de agroecologia.

⁹ São em torno de 30 famílias que utilizam terras de uso comum denominadas de fecho de pasto “Brejo Verde”. Este fecho está localizado entre os municípios de Jaborandi e Correntina, no estado da Bahia.

modo de vida, passa por uma transição. A diversidade produtiva se reduz, diminuem as áreas plantadas com gêneros alimentares e aumentam as áreas destinadas à produção animal. Boa parte da base da alimentação diária é adquirida através de compra na feira, na qual produtos de outras localidades passam a dominar as “barracas” de venda. A produção local perde espaço e torna-se “marginal”, isto é, além de diminuir a quantidade oferecida, ocupa espaços periféricos na organização das feiras. Outrossim, a feira se destaca como espaço social, fortalecedor da comunicação e das relações entre famílias. Mais recentemente o mercado institucional, como o que destina produtos da família para a merenda escolar, está incentivando a retomada da produção agrícola. Ainda no campo econômico, as atividades não agrícolas se mostram presentes e em várias situações estão associadas ao fortalecimento das condições de produção agrícola.

Este artigo buscará descrever e analisar, de maneira sintética, algumas das observações realizadas em campo, com destaque para o processo de territorialização que possibilitou a posse sobre as terras tradicionalmente ocupadas. Apresento também as territorialidades específicas de cada família como decorrentes de suas formas de organização e resistência.

Das “Terras Soltas” para “Fundos de Pasto”, dos “Gerais” para os “Fechos de Pasto”

Durante o processo de pesquisa que culminou na tese de doutorado citada, pude descrever questões relacionadas ao processo de territorialização de cinco famílias¹⁰, todas localizadas no município de Oliveira dos Brejinhos¹¹ e pertencentes a “Central de Associações de Fundos de Pasto”.¹²

¹⁰ Primeiramente acompanhei a rotina de três unidades familiares relacionadas à três lideranças atuais, sendo três ex-presidentes da “Central de Associações”, Valdemar, Nilza, e Valter. A unidade familiar acompanhada em Boa Sorte é referente a Elias Neri, antiga liderança que participou ativamente da resistência contra a grilagem das terras desde os anos 1980, na qual foi intitulada como a “luta pelo bode solto”. Em Panásuco Pé do Morro a unidade familiar visitada foi de Jurandir e Andréia, um casal relativamente jovem. Todas as famílias estão inseridas em alguma “associação de fundo de pasto”, que por sua vez se articulam através da “Central de Associações de Fundo de Pasto”. Além da “associação”, a “igreja” também funciona como espaço de articulação social, estimulando a mobilização conjunta das famílias. (CARVALHO, 2014, p. 20-32)

¹¹ Cidade do interior da Bahia distante uns 600km de Salvador, entre a chapada Diamantina e o rio São Francisco, próxima das cidade de Ibotirama e Irecê.

¹² As unidades sociais que se organizam em torno da identidade coletiva “comunidade de fundo de pasto” estão organizadas por “associações”, estas se articulam regionalmente através de alguma “central ou união de associações”. Estadualmente estão organizadas através da “Articulação Estadual das Comunidades de Fundo e Fecho de Pasto”. Atualmente se destacam as organizações localizadas na região do Lago de Sobradinho, de Senhor do Bonfim, Uauá e Oliveira dos Brejinhos, reunindo em torno de vinte mil famílias.

No projeto de pesquisa “Identificação e Gestão de Agroecossistemas Agroecológicos com apoio de Cartografias Sociais” estou acompanhando um grupo de famílias¹³ que se localizam na divisa dos municípios de Jaborandi e Correntina.

A observação em campo possibilitou perceber que a noção de unidade familiar se relacionava às unidades residenciais conferidas a cada família¹⁴. Estas unidades residenciais são designadas empiricamente pelo termo “casas”.¹⁵ Minha inserção em determinada unidade familiar foi proporcionada através da hospedagem em determinadas unidades residenciais.

Gostaria de explicitar que em todas as situações as terras ocupadas estão nos domínios dos agentes sociais que delas se utilizam para sua reprodução física e cultural. Não há relação de subordinação direta, como a relação de dependência a um “patrão”. As relações comerciais que são estabelecidas para a venda de produtos oriundos da “roça” são também efetivadas com autonomia.

Nas casas visitadas pude constatar que mudanças significativas ocorreram no uso das terras tradicionalmente ocupadas. Com relação às famílias de Oliveira dos Brejinhos, o final dos anos de 1960 é marcado pela construção da rodovia federal, a BR242. Esta rodovia é considerada como marco destas mudanças. A estrada atravessou as terras tradicionalmente ocupadas pelas unidades sociais de “fundo de pasto”. Deste momento em diante a “ação do Estado” passa a ser recorrente, com efeitos profundos sobre o modo de vida das famílias. As terras se valorizam e a grilagem torna-se uma ameaça.

Em Correntina e Jaborandi, a expansão da fronteira agrícola nos anos 70 foi o fator apontado pelos agentes sociais que estimulou o aparecimento de grileiros. Num primeiro momento são pessoas da região, moradores de Jaborandi, que passam a se apresentar como donos de áreas tradicionalmente ocupadas. Estes possuíam bom relacionamento com autoridades locais que legitimavam as ações de grilagem.

¹³ Até o momento realizei duas visitas de campo, em março e abril de 2016. Nestas visitas percorri o perímetro identificado como pertencente às famílias do “fecho de Brejo Verde”, tomando pontos de GPS. Também visitei terras conhecidas como “Gerais” com intuito de ser apresentado a diversidade de plantas utilizadas como “remédio”. Visitei a área em conflito com a empresa “Monte Azul” tendo noção da área ameaçada de grilagem. Participei de um mutirão para proteção de veredas (mata próxima aos rios que cortam a área). Visitei o quintal de duas famílias identificando a organização dos espaços produtivos familiares. Realizei reuniões com lideranças e uma reunião com a associação de moradores.

¹⁴ As unidades familiares se caracterizam pela partilha de produtos ou renda oriundos da “roça”.

¹⁵ Utilizei o termo “casa” durante a descrição etnográfica, como referência à denominação empírica dos próprios entrevistados. Nas análises preferi utilizar o termo unidades residenciais.

Em ambas situações, as posses e os limites das terras eram reconhecidos e respeitados por cada família. Nos fundos de pasto os animais circulavam livremente e as famílias só cercavam áreas na qual os animais não deveriam adentrar, como as áreas de plantio, os quintais, certas aguadas ou junto a uma unidade de residência. Os espaços físicos não cercados, chamados de “terras soltas”, eram considerados de uso comum, na qual os animais de qualquer família poderiam pastar, os frutos poderiam ser livremente extraídos pelas unidades familiares e as madeiras mortas poderiam ser recolhidas como lenha. Várias aguadas também eram de uso comum, como as fontes d’água, as lagoas e certos barreiros. Já as madeiras melhores, para a construção de casas e outras instalações, como cercas e chiqueiros, deveriam ser retiradas das áreas que estavam na posse da família.

O fechos de pasto se caracterizam por uma diferença¹⁶ mais acentuada entre as terras pertencentes as famílias e a área de uso comum. A casa, o quintal, a roça e o local de pastagem, denominado também de manga, são basicamente contínuos. São organizados a partir de um canal de água retirado de um rio que passa no fundo das casas. Este canal é utilizado como uma forma de irrigar parte da terra, propiciando o cultivo de cana de açúcar, confecção de hortas e pomares. Antigamente este canal era o responsável pela irrigação do plantio de arroz. Mais afastado das casas está a área de uso comum, denominada de “Gerais”.¹⁷ Nesta área a criação, basicamente bovina, é solta em determinadas épocas do ano. Esta área também é rica em frutos, plantas medicinais, aguadas e madeiras, se caracterizando em uma área de extrativismo das famílias.

Em ambos os casos os agentes sociais cercaram os limites de suas terras como forma de combater a grilagem das áreas. Mas se a construção de cercas servia para proteger a terra contra a ação dos grileiros, ela também limitava a circulação livre dos animais. Em Oliveira dos Brejinhos corria-se o risco que áreas familiares fossem totalmente cercadas. Para evitar a extinção da área de uso comum foi criada uma área, denominada de coletiva ou de fundo de pasto. Esta foi a maneira de assegurar que em uma parte do território sempre fosse mantido o uso comum, extensão na qual os animais sempre poderiam circular livremente. Em Correntina os gerais foram sendo

¹⁶ Uso como comparação os dois locais de estudo, dos fundos de pasto a situação de Várzea Grande, Boa Sorte e Pé do Morro e nos fechos de pasto a situação de Brejo Verde.

¹⁷ Embora a denominação mais genérica seja “Gerais”, esta área é dividida em “Veredas”, que corresponde a área do entorno aos rios, e o “Gerais” propriamente dito, que corresponde a áreas afastadas dos cursos d’água.

fragmentados em vários fechos. Atualmente o uso comum se estabelece na área destinada a associação, também conhecida como a área do fundo e fecho de pasto. Nos fundos de pasto o uso comum também é realizado em áreas individuais não cercadas, ao menos com referência ao pastoreio dos animais.

Uma distinção ocorreu depois que se iniciou o processo de regularização fundiária¹⁸, classificando as terras tradicionalmente ocupadas em dois tipos. O primeiro se refere às terras que foram regularizadas em nome de uma pessoa da família. Estas terras são conhecidas como “áreas individuais”. O segundo tipo são as terras que foram regularizadas em nome de uma associação que representasse um grupo de famílias. Essas terras são conhecidas como “áreas coletivas” ou ainda como “área de fundo ou fecho de pasto”, onde vige o uso comum dos recursos.¹⁹

Nos fechos de pasto ocorreu algo semelhante. Antes não havia cercas limitando o pastejo dos animais. Hoje uma mesma área de gerais, antes compartilhada por várias famílias, está subdividida. O fecho do Brejo Verde ainda compartilha o uso comum com o fecho do Tártaro. Mas os fechos do Clemente, do Catulé, do Ribeirão e do Nobilino possuem cercas, impedindo a passagem dos animais de um para outro. Em alguns casos até o extrativismo tem se restringido.

A área de “fundo de pasto” é considerada por várias lideranças como uma área de “reserva”, especialmente com relação a criação dos animais. O termo “reserva” se relaciona com uma área na qual todos têm acesso e que não pode ser desmatada. Ela entra no planejamento de cada família para cuidar dos seus animais. Esse momento, da criação das áreas de “fundo de pasto”, representou uma mudança significativa no manejo dos animais. Antes os animais circulavam em uma ampla área na qual as terras eram consideradas “soltas”. Agora percorrem apenas nas áreas abertas dentro de cada “círculo comunitário”.²⁰ As áreas abertas compreendem a área da associação e todas as áreas individuais que não foram cercadas. Nos últimos anos tem-se observado uma

¹⁸ O processo de regularização fundiária começa apenas em 1983, por volta de 15 anos depois da construção da BR242 e da intensificação das ações de grilagem das terras.

¹⁹ Em Várzea Grande foram cadastradas pelo Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) 54 famílias e foram requeridos 156 títulos individuais. Os títulos emitidos somaram 3.928,14ha. A área de fundo de pasto de Várzea Grande, registrada em nome da associação, foi de 2.390,82ha. Assim o total de terras regularizadas em Várzea Grande foi de 6.318,96ha. Em Panáscuo Pé do Morro foram cadastradas 33 famílias e foram requeridos 114 títulos individuais. A área de fundo de pasto registrada em nome da associação de Panáscuo Pé do Morro é de aproximadamente 1.800ha. Em Boa Sorte foram requeridos 28 títulos individuais, correspondendo cerca de 1.900ha. A área de fundo de pasto de Boa Sorte é de aproximadamente 2.200ha. Em Brejo Verde ainda não correu a regularização fundiária da área de fecho de pasto. Na marcação do perímetro, a área total, individual e coletiva, está em torno de 15 mil ha.

²⁰ Esta é uma designação empírica dos agentes sociais.

redução de áreas individuais abertas, o que acarretou em um maior desgaste da vegetação da área que pertence à associação. Novas técnicas estão orientando o manejo, que consiste em utilizar áreas de confinamento para a separação de animais mesclada com áreas para plantio de forragens.

A área coletiva²¹ ela tem... bem, pensando em mim, no que eu penso mesmo, se você tem uma área coletiva, e essa área não pode ser derrubada, você não pode mexer nela, é uma forma que você tem, além de ajudar no pastoreio dos animais, e para mim já não é tanto isso, mas é quase como um pulmão das áreas daqui. Porque você sabe que são áreas que nunca serão derrubadas. Não vai perder a coletividade, eu acho que isso é forte. Saber que tem áreas que são reconhecidas como da “comunidade” e estão lá para ser preservadas, para não mexer. Só que existe um problema que a gente acaba concordando quando os órgãos (ambientais do governo) falam... a gente rebate porque, muitas vezes, a forma deles, como colocam na hora, é meio (equivocada)... mas a gente reconhece que o manejo dos animais se diversifique. Só que da forma como que eles falam é que a gente não aceita. Eu mesmo reconheço que há uma necessidade de fazer o manejo... e o animal acaba por não deixar a reprodução das árvores. Eu olho assim e fico preocupada... E vou falar para você que é difícil, não é fácil, não... Tem problema sério mesmo. Tem local que tem degradação mesmo... Precisamos encontrar uma saída. Deixar uma área para descanso, sem deixar animal por ela andar. Até na minha roça mesmo, nesta área de 30ha de terras, particular minha, eu estou pensando em fechar. Se eu pudesse mesmo eu fechava...

(Nilza Vieira, 2011)²²

Uma das preocupações das famílias é com a regeneração da vegetação da área da associação. Com a redução da área de uso comum, na qual os animais podem circular livremente, há uma intensificação do uso da área da associação. O relato de Nilza apresenta duas preocupações neste sentido. Uma é exatamente como recuperar as áreas que pertencem à associação. A outra é com a dificuldade na relação com os técnicos dos órgãos governamentais, que querem impor uma forma de manejo ambiental que não dialoga com os conhecimentos das famílias e que quase invariavelmente, demonstra desconhecer a realidade das áreas de “fundo de pasto”. O mesmo apareceu nos relatos dos agentes sociais de Brejo Verde. Esse desconhecimento é um dos obstáculos que dificultam a compreensão do modo de vida dos fundos e fechados de pasto, que aliado a questões epistemológicas, dificultam o pleno reconhecimento dos direitos relacionados as terras tradicionalmente ocupadas. (CARVALHO, 2014, p. 178-205)

²¹ A área da associação é também chamada de área de “fundo de pasto” ou de área “coletiva”.

²² Entrevista realizada em sua casa, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

Territorialidades Específicas

Ao comparar as terras das cinco famílias visitadas em Oliveira dos Brejinhos verifiquei que todas apresentam diferenças acentuadas no que se refere ao tamanho das terras, sua localização e distribuição.²³ As famílias possuem também diferentes formas de organizar o trabalho com os animais e na realização das atividades de plantio. Embora possam ser percebidas certas semelhanças, cada uma possui uma “territorialidade específica”.²⁴ Essa territorialidade é resultado de um processo de territorialização²⁵ complexo, que compreende o conhecimento de cada pessoa da família ao longo da ocupação tradicional das terras e as relações que são estabelecidas com os vizinhos, comerciantes, antagonistas e as autoridades governamentais. Podemos afirmar que o território de cada localidade de fundo ou fecho de pasto se apresenta como o conjunto das “territorialidades específicas” de cada família.

Dentre as especificidades, a primeira observação que destaco se refere à própria unidade familiar. As casas de Dunga e Valter formam, cada uma, uma só unidade familiar. A “casa” de Elias dá suporte à “casa” de seu filho Dedé. A “casa” de Jurandir tem nas “casas” de seu pai e de seu sogro um apoio significativo para a reprodução de sua família. Já a “casa” de Nilza forma uma unidade familiar com a “casa” de seus irmãos. O sentido de “unidade familiar” se relaciona com a partilha dos produtos ou renda advindos da “roça”.

A formação da territorialidade da família de Nilza está alicerçada na valorização do trabalho realizado pelos filhos na perspectiva dos pais. A mãe de Nilza, Marcolina, percebia como o trabalho dos filhos foi fundamental para apoiar as atividades da família, fazendo que ela valorizasse a quantidade de filhos em uma casa.

²³ Como a pesquisa em Brejo Verde ainda está em andamento, não tenho dados para fazer afirmações mais precisas. Posso adiantar que também há diferenças entre o tamanho das terras de cada família, bem como há distintas possibilidades de organização do trabalho. Contudo há uma semelhança bastante grande no uso dos canais de irrigação e na forma de conciliar a criação, o plantio, a horta e o quintal.

²⁴ O conceito “territorialidades específicas” será utilizado para designar a organização de espaços físicos resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território. (ALMEIDA, 2008, p. 29)

²⁵ O conceito “processo de territorialização” será utilizado para designar o dinamismo existente na ocupação tradicional da terra. Desta forma o conceito “processo de territorialização” sinaliza tanto uma contínua transformação na forma de ocupação, como enfatiza a agência de um grupo social que passa a se organizar em coletividade, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação. A terra ocupada pelo grupo está relacionada ao processo histórico vivenciado, na qual o grupo estabelece arranjos organizacionais na relação com seus circundantes – vizinhos, aliados, antagonistas – e com o Estado. (PACHECO DE OLIVEIRA, 2004, p. 24). Ênfase que esse arranjo organizacional se estabelece em relação com a ação do Estado, mas não é exclusivamente decorrente da mesma.

Era o costume na sua família ter muitos filhos. Assim aconteceu com o pai de Jurandir, o senhor Francisco. Já os irmãos Neri, mais novos, tiveram em média três filhos cada um. A geração de Dunga, Valter, Nilza acompanha esta tendência de dois a três filhos por casal. Mesmo com poucos filhos estes são acostumados desde cedo com os afazeres da “roça”. Na casa de Dunga e Valter seus filhos participam ativamente dos serviços da casa, roça e criação de animais. Elias Neri passou seu conhecimentos para seus filhos e Jurandir e Andréa aprenderam com seus pais e tentam passar seus conhecimentos para seu filho, Jeferson.

O tamanho das famílias se altera, e com ele a quantidade de alimentos necessários para a manutenção cotidiana. Ao mesmo tempo que as atividades de trabalho no plantio e com os animais também vão se alterando com a introdução de cercas e de novas tecnologias. A circulação monetária passa a ser mais frequente, tanto pelas possibilidades de trabalho remunerado, o aumento da comercialização dos animais, e com recursos advindos de benefícios sociais, entre eles a aposentadoria e a bolsa família. As relações entre produção, consumo, comercialização e renda se modificam, implicando também em mudanças no uso da terra.

Uma das mudanças que foram bastante enfatizadas pelos agentes sociais entrevistados concerne à atividade econômica, antes baseada prioritariamente nas áreas de plantio. Hoje a renda das famílias depende muito mais da criação dos animais. Estamos diante de uma transição em que se rearticulam as atividades produtivas.

A vivência da gente daqui mesmo era a roça. Principalmente do plantio de mandioca. Fazia a derrubada... todo ano tinha que abrir uma roça... derrubava, botava fogo, cercava... pois cultivava também os animais, não como agora, não tava tanta assim como atividade principal, assim os animais... tanto os bovinos como os animais de pequeno porte... os caprinos... mas a mola mesmo era a roça de mandioca. Aí derrubava aquele mato, botava fogo, plantava. Mas no outro ano, de novo, outra derrubada, ia queimando, cercando para os animais não entrarem, cada ano era uma derrubada... As roças de mandioca eram sempre naqueles carrascos, que tem muito angico. Quando você tirava a mandioca, ou mesmo quando havia a roça, aqui e ali o angico brotava. Quando saía fechava de novo, ficava do mesmo jeito... Era assim desde os nossos bisavós. E essa região dos fundos de pasto era tudo desse jeitinho... de fazer derrubada... a técnica era essa... derrubar o mato, limpar, plantava feijão, mandioca. Não acreditava assim, se não queimasse não ia produzir. Depois que já tinha tirado a mandioca, ali já dava o nome de capoeira. Aquela área ali dava o nome de capoeira. Alí nestas capoeiras você plantava feijão, feijão de corda... esse era melhor plantado... para produzir. Mas a mandioca mesmo era derrubada para plantar. Nova derrubada para

fazer novo plantio de mandioca. Isso foi anos e mais anos assim. É por isso que você hoje chega aqui é vê esta abertona assim – “por que isso assim?”... Em redor de casa, dessas casas aí assim, eu conheci mato fechado.

(Elias Neri, 2012)²⁶

As áreas de plantio de alimentos além de serem numerosas, eram responsáveis tanto pela alimentação das famílias, como eram responsáveis por boa parte da renda. O plantio de mandioca, que era a atividade principal, quase não é mais realizado. Esta mudança não aconteceu apenas em Boa Sorte, localidade de Elias Neri.

Observei o mesmo com a família de Nilza. As terras tradicionalmente ocupadas pela família Vieira (Nilza) não são contínuas. Há uma inter-relação entre as áreas consideradas individuais e a área da associação. As terras individuais, em nome da família, são dispersas, algumas mais distantes do local na qual estão as casas de cada um, decorrência da adequação de terras mais propícias para cada tipo de plantio. Também se localizavam em pontos estratégicos, como próximas à fontes de água. Estes locais eram intensamente usados. Hoje grande parte das áreas que eram consideradas locais de “roça” são usados para pastagem dos animais ou para produção de forragem. Há uma maior concentração na atividade de pecuária com uma maior dedicação para a criação de animais.

O individual é o particular. É o que não é coletivo. E no caso hoje é titulado. Se não fosse titulado era o que era demarcado por todos. Geralmente, poucos casos que as pessoas não se identificavam, aquilo ali era de fulano e aqui não é meu... vai da família, vamos supor, da família de dona Marcolina, da família de Alfredo... Antes de titular as pessoas já identificavam – “ Aquela área lá é da família de Dona Marcolina” - que era onde as pessoas utilizavam, ou fechavam ou tinha lugar para por sua própria roça, de plantio... E hoje as áreas que eram consideradas da família, já são medidas, o que é particular. Muitas vezes, a maioria delas não está toda fechada. Como a nossa não... A nossa está sim toda fechada, digo que ela está fechada com quatro fios, toda área da família ta cercada com quatro fios, mas só não circula animais grandes, gado, égua... essas coisas... mas o bode circula. No título de mãe é quarenta hectares²⁷. Mas todos os filhos tem uma pequena área. O individual que está no nome da minha mãe é 40 hectares de terra, e 80% é em aberto, é uso comum... Esta casa tá dentro. Só pode ser feita dentro dela. Esta área fechada do plantio de

²⁶ Entrevista realizada em sua casa, em junho de 2012, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

²⁷ As unidades de medida que organizam o sistema de cálculo para a compreensão do estoque de terras são elementares para se pensar os grupos sociais. Essas unidades de medidas são decorrentes da interação estabelecida pelos agentes sociais, que passam a ser filtradas pelos atos de Estado, ao estabelecer os parâmetros para a realização do processo de regularização fundiária. (BOURDIEU, 2014, p. 39-42)

palma e lá embaixo onde planta milho, planta sorgo para fazer feno, planta feijão... Roça. Roça mesmo. Roça de palma. Quintal. Mas aqui a gente chama mais como quintal, quintal de palma. Porque está aqui próximo da casa e é pequena. Mas quando ela está mais afastada da casa e se estende mais é a roça de plantio... Destes 40, tem 8ha de terra fechada, aí sim, para o plantio e prender animais... fazer o manejo de animais... É uma área contínua... É da família, mas quando veio a medição já mediu, pensando que mãe já estava de idade, assim como exemplo lá no Itapicuru, é da família mas está regularizada em meu nome...

(Nilza Vieira)²⁸

Nilza aborda a questão de a área ser “fechada”. O costume, como já assinalado, era criar os animais na caatinga, nas “terras soltas” na qual circulavam livremente. Alguns locais específicos eram interditados para os animais, como as áreas de plantio, o quintal, algumas aguadas e a casa. Estes locais eram cercados cuidadosamente para impedir a entrada dos animais.

No momento em que se intensifica a grilagem das terras tradicionalmente ocupadas a cerca passa a ser utilizada como forma de barrar a ação dos grileiros. O processo de cercar as terras acarretou em delimitar perímetros. As áreas internas a este perímetro foram denominadas como “círculo comunitário”²⁹. Em cada círculo comunitário se constituiu uma “Associação” que passou a representar os interesses das famílias que tinham suas terras inseridas neste perímetro. Estas cercas foram feitas inicialmente com quatro fios de arame.³⁰ O cercamento limitou a circulação livre dos animais e estimulou a criação de uma área de “fundo de pasto”, de propriedade da associação.

A ocupação tradicional da terra vai se modificando. Cada família visitada demonstrou possuir territorialidades que associam de forma específica o uso privado familiar em terras de “propriedade individual”, com terras de uso comum das áreas individuais abertas e da área de “fundo de pasto” de propriedade da associação.

Cabe reforçar que a “ação do Estado” acarretou mudanças na territorialidade das famílias. A construção da rodovia BR242, o processo de regularização fundiária, a

²⁸ Entrevista realizada em sua casa, em outubro de 2011, durante trabalho de campo para a pesquisa de doutorado

²⁹ O “círculo comunitário” é designação empírica dada pelos próprios agentes sociais com relação à construção de cercas que delimitam o perímetro de uma localidade de “fundo de pasto”. A designação se refere à um espaço físico que tem seu perímetro totalmente cercado. Porém a adjetivação “comunitário” indica também sua vinculação com a organização social das famílias que possuem áreas dentro deste perímetro e estão associadas à uma mesma forma de organização, isto é, a “Associação”.

³⁰ Existe uma distinção da área fechada com quatro fios de arame, que impede apenas a circulação de animais maiores, como cavalos, jegues e bois, de áreas realmente fechadas, na qual a passagem de animais menores, como bodes, ovelhas e porcos, também é impedida.

indução de outras técnicas de manejo, o incentivo ao acesso ao crédito agrícola contribuíram para a redução de áreas abertas ao pastejo dos animais. A criação deixa de estar solta, e passa a circular em áreas restritas dentro de perímetros relacionados a cada “Associação”. Ênfase que é na relação com o Estado que as mudanças são engendradas, e não numa “imposição da mudança”. O que pode verificar é que as mudanças podem ser percebidas como parte do processo de resistência que se estabelece na busca pela afirmação da criação solta. Em Oliveira dos Brejinhos este processo de resistência foi denominado como a “luta pelo bode solto”. (CARVALHO, 2014, p. 95-134)

Mudanças no consumo acarretaram mudanças na organização da produção. A redução no tamanho das famílias, os benefícios sociais garantindo recursos financeiros constantes, a introdução de técnicas agrícolas, o crédito bancário, outras formas de renda e a valorização comercial dos animais, a chegada de produtos industrializados e agrícolas a preços relativamente acessíveis devem ser analisadas conjuntamente para compreender a lógica atual na organização e planejamento da produção das famílias.

Com variações, se percebe a constante predominância da produção de bodes e ovelhas no modo de vida das famílias de “fundo de pasto” de Oliveira dos Brejinhos. A produção está basicamente orientada para venda a atravessadores, mas também para o consumo das famílias produtoras e para a venda no comércio local.

Inversamente, a produção de porcos foi bastante reduzida e em certas unidades familiares até extinta. Uma das explicações é a substituição da gordura de porco pelos óleos vegetais. Mas as modificações na área de livre circulação dos animais também devem ser associadas a esta questão. No caso específico dos porcos a diminuição de aguadas disponíveis para os animais faz com que a criação de porcos soltos seja indesejável, uma vez que estes animais costumam a banhar-se nos tanques quando estes estão rasos, o que coincide com o período mais crítico do período de secas. Segundo os criadores, os porcos reviram a lama do fundo dos tanques, deixando a água turva e com um cheiro desagradável, sendo rejeitada pelos demais animais.³¹ Os porcos passam a ser criados presos em chiqueiros, pelo menos na época final da estiagem. Portanto as condições de criação, a substituição da gordura de porco pelos óleos vegetais, e o baixo comércio seriam os fatores que incentivariam a diminuição ou mesmo a interrupção da

³¹ Em 2006 acompanhei uma reunião na “Associação de Várzea Alegre” na qual um dos assuntos era a necessidade de uma família se desfazer da produção de porcos que estavam inviabilizando os pontos de aguada mais próximos numa época na qual a estiagem estava castigando os animais. (CARVALHO, 2008, p. 102)

criação deste animal. Ressalto que algumas famílias permanecem criando porcos em quantidade que possibilite a venda para famílias não produtoras.

Já os quintais se apresentam bastante valorizados em todas as casas que visitei desde 2005. Quase que invariavelmente me deparei com hortas de couve, temperos, condimentos, plantas medicinais, aipim, árvores frutíferas e uma variedade de plantas ornamentais.³² Basicamente é uma produção destinada para o consumo familiar, ou para abastecer as reuniões e comemorações nas localidades.

As galinhas são outra produção constante encontrada em todas as casas visitadas. Algumas famílias produzem carne e ovos para venda e consumo.

A criação de bodes e ovelhas vai sendo valorizada e passa a ser intensificada. As técnicas de produção são introduzidas pelas famílias na relação com outras organizações, como a igreja, o sindicato, ONGs e órgãos governamentais. O crédito bancário passa a ser idealizado como uma forma de financiar mudanças na estrutura física relacionada com a produção. A “monetarização” transforma as relações comerciais, antes baseadas mais em relações de uso, passando a serem orientadas para troca em dinheiro com apoio de crédito financeiro. Gradativamente as áreas de plantio alimentares vão sendo transformadas em espaços para a criação de animais, seja através da implantação de pastos, seja na troca de produtos plantados, como a mandioca e arroz, por plantas forrageiras, como sorgo e a palma. As mudanças na produção são acompanhadas de mudanças no consumo das famílias.

Desde o ano de 2005, quando realizei a pesquisa para os estudos de mestrado, registro os alimentos que são produzidos e consumidos pelas famílias das localidades de Fundo de Pasto. Em Várzea Alegre, localidade em que visitei oito famílias, constatei que boa parte dos alimentos consumidos vinham de compras realizadas na feira ou em armazéns. O mesmo ocorreu nas cinco casas visitadas entre 2011 e 2012, confirmando essa situação para grande parte da alimentação de uso diário, como arroz, açúcar, macarrão, café, farinha. A carne de bode, o frango, os ovos de galinha, o leite de vaca e as frutas da região se destacam como produtos que são produzidos e consumidos pelas próprias famílias.

Pouco a pouco a organização da produção agrícola foi se adequando para atender os atravessadores interessados em comprar o animal vivo para ser revendido. Hoje a venda de animais vivos representa, para maioria das famílias, a principal renda,

³² O uso de venenos é restrito ao combate de formigas em algumas situações específicas. Os tratamentos culturais são baseados em produtos artesanais e práticas agrícolas.

se constituindo como a produção mais significativa, implicando diretamente no uso da terra, conformando a territorialidade encontrada.

A renovação do “uso comum”

Feitas as devidas distinções nas designações dos termos, a formação de uma “área coletiva” em cada perímetro cercado foi uma ação utilizada pelos representantes das famílias, quando perceberam a redução drástica das terras disponíveis para o pastejo dos animais. A redução aconteceu em um período relativamente curto, na qual uma ampla área de terras “soltas” foi reduzida para as terras “abertas” restritas em cada um destes perímetros. Os diretores da “Central de Associações” relataram o temor de que as terras localizadas nas áreas “individuais” de cada família fossem gradativamente cercadas, reduzindo ainda mais as áreas disponíveis ao pastejo dos animais. A criação da área “coletiva”, inspirada no exemplo das áreas de “fundo de pasto” da região de Uauá, nordeste da Bahia, passou a caracterizar as famílias também de Oliveira dos Brejinhos³³. A denominação “fundo de pasto” passa então a nomear uma área reservada para o “uso comum” e vai identificar o modo de vida das famílias que são representadas institucionalmente por “Associações” e pela “Central de Associações de Fundo de Pasto”. Estas famílias passam a se articular e a se organizar conjuntamente visando o fortalecimento do seu modo de vida, caracterizado pelo “uso comum”, especialmente para a criação de animais e extrativismo de frutas e plantas, conjugado com a realização de uma agricultura em pequenas áreas. Mesmo decorrentes de um mesmo processo de territorialização, as famílias apresentam territorialidades específicas, como pode ser observado na descrição relacionada às cinco famílias que integraram a pesquisa base para este artigo. O conjunto de famílias que se organizam em cada perímetro e são representados institucionalmente por uma “associação” passam então a coletivamente se autodenominar de “Comunidades de Fundo de Pasto”.

Do ponto de vista da produção, há trinta, quarenta anos atrás existiam grandes reservas de mata virgem, de caatinga virgem por este sertão a fora, coisa que hoje já não existe mais. A questão “Fundo de Pasto” é muito positiva, mas ela foi criada não assim exatamente um “Fundo de Pasto”, ela teve todo um processo de degradação da nossa caatinga desse nosso sertão que nos levou a conclusão que para continuarmos criando os bodes nós precisávamos dos “Fundos de Pasto”, de um

³³ Durante as ações de resistência a grilagem das terras, denominada de “luta pelo bode solto”, ocorreu uma visita de lideranças das famílias de Oliveiras dos Brejinhos ao município de Uauá para conhecer algumas localidades que estavam regularizando suas terras como “áreas de fundo de pasto”.

lugar reservado para que essa criação ficasse solta. Esse é um fator. Um outro fator foi a questão da grilagem, os fazendeiros chegaram num determinado momento que vinham fechando o cerco e nós que somos produtores, pequenos produtores vínhamos nos sentido sufocados. Então as organizações, igrejas, sindicatos de trabalhadores rurais, as ONGs daqui da região se reuniram, fizemos documentos de reivindicações para o governo do estado até chegarmos hoje nesta coisa que chamamos de “Fundo de Pasto”. E por incrível que pareça ainda tem pessoas que necessitam, que dependem destes “Fundos de Pasto” que não compreenderam o valor que ele tem, a necessidade da gente de manter estes “Fundos de Pasto” ativos e organizados, para garantirmos o sustento de nossa famílias através da produção de frutas, de ovinos, de todas as atividade econômicas que a gente exerce dentro destas áreas”

(Gilson Paulo Moreira, 2006) ³⁴

A argumentação de Gilson Moreira demonstra a consciência ambiental que orientou a criação das áreas de “fundo de pasto”. Algumas famílias, não todas, buscavam garantir que uma área ficaria “aberta” possibilitando o “uso comum”. Dentro de cada perímetro cercado foi estabelecido que todas as áreas individuais deveriam fazer fronteira com a área de “fundo de pasto”. Essa proposição permitiria que cada família pudesse deixar aberta uma passagem entre suas áreas “individuais” e a área de “fundo de pasto”, ampliando a área de “uso comum” para todas as áreas individuais “abertas”. Essa ação permitiu uma área maior para a pastagem dos animais, e ao mesmo tempo um menor impacto dos animais sobre os recursos localizados no “fundo de pasto”.

Pode-se afirmar que as famílias se organizaram em “comunidades” para a manutenção do “uso comum” dos recursos naturais. A preocupação com a gestão dos recursos, objetivando sua sustentabilidade, representa a garantia dos meios de reprodução das famílias. Por muitos anos os recursos naturais estiveram sob o “uso comum” sem serem esgotados. Este caso em questão pode ser relacionado com os estudos elaborados pela cientista política Elinor Ostrom ³⁵ na qual afirma que “comunidades” são capazes de gerir recursos em comum de forma mais sustentável que o Estado ou que proprietários privados. (OSTROM, 1990) As ações do Estado, aqui já enfatizadas, acarretaram em uma mudança brusca no estoque de terras “soltas”. A crescente utilização de cercas para proteção contra a grilagem, e mais atualmente, as

³⁴Entrevista realizada na festa IV Festa do Bode, com Gilson Paulo Moreira, pertencente à comunidade de Jatobá, em 30/07/2006, durante trabalho de campo para a pesquisa de mestrado intitulada “Fundos de Pasto: Organização Política e Território” (CARVALHO, 2008, p. 80)

³⁵Elinor Ostrom recebeu o Prêmio Nobel de Economia em 2009. O premio foi concedido por seus estudos e análises relativos à “governança econômica” e “governança comunitária”, dedicados em grande parte à “gestão comunitária” de recursos de uso comum.

orientações técnicas para manejo dos animais em forma de confinamento, despertam os agentes sociais para a necessidade de reformulação de suas estratégias de sustentabilidade. A criação do “fundo de pasto” se constituiu como uma destas novas estratégias.

Quero destacar que o processo de regularização fundiária teria transcorrido de forma mais célere se só fossem levadas em consideração as áreas de cada família, que correspondiam mais aproximadamente às formas previstas no ordenamento jurídico da ação do Estado. A reivindicação pela implantação de uma área de “fundo de pasto” como estratégia de proteção “coletiva” para garantir a preservação de uma parte da área, e assim a garantia do “uso comum”, interpôs uma série de impasses à realização do processo de regularização, uma vez que os agentes do Estado tinham dificuldade de estabelecer uma normatização para tal ação.

No início dos anos de 1980, o ordenamento jurídico do Estado não se alinhava às formas de uma territorialidade que não corresponde ao formato da titulação de parcelas ou lotes individuais. (ALMEIDA, 2008, p. 17-18)

Os fundamentos do ordenamento jurídico do Estado se baseiam na intensificação do processo de privatização das terras públicas como forma de dinamização do mercado de terras e assim na mercantilização dos recursos naturais. Considera as práticas de “uso comum” como “rudimentares” e “primitivas”, características de economias arcaicas, marcadas por irracionalidades, que se contrapõem ao desenvolvimento tecnológico, e provocariam a imobilização dos recursos básicos, impedindo que as terras e os recursos naturais fossem transacionadas livremente como mercadorias. (ALMEIDA, 2011, p. 13-14)

A saída encontrada, pelos técnicos responsáveis pelo processo de regularização fundiária e pelos procuradores do Estado, foi a de regularizar a área de “fundo de pasto” como propriedade privada em nome de uma “Associação” que representasse o interesse das famílias que estavam reivindicando a implantação de tal área. A criação das “Associações” foi, portanto, uma exigência do Estado, que através de uma instituição legalmente constituída como entidade jurídica pudesse adquirir a propriedade da terra. Os “fundos de pasto” de Oliveira dos Brejinhos e Brotas de Macaúbas foram criados desta forma.

A formulação jurídica que enquadrou as áreas “individuais” e as áreas de “fundo de pasto” como propriedade privada, com inscrição no cartório de imóveis,

propiciou que ambas adentrassem ao mercado formal de terras³⁶. Simultaneamente foi uma forma de considerar as práticas de “uso comum”. Essa consideração só foi possível mediante a ação organizada e articulada de diversas famílias localizadas em diferentes regiões do Estado da Bahia e que passaram, como em Oliveira dos Brejinhos, a se autodenominar como “Comunidades de Fundo de Pasto”.

Neste sentido o caso das “Comunidades de Fundo de Pasto” da Bahia contrariam interpretações baseadas em formulações evolucionistas e deterministas que reiteram uma “crise dos comuns”, associada à uma “crise do tradicional”. Essas interpretações apontam para o “trágico declínio” ou de uma “tendência inexorável ao desaparecimento” das modalidades de “uso comum” (ALMEIDA, 2008, p. 20). Ao se articular com outros grupos sociais e povos tradicionais - povos indígenas, comunidades quilombolas, de pescadores, movimentos de luta pela terra - as “Comunidades de Fundo de Pasto” propiciam elementos suficientes para a compreensão do que está realmente em “crise” é a interpretação que propaga a “capacidade das instituições que regulam o mercado” em orientar ações que visem a sustentabilidade ambiental. (ACSELRAD, 2012, p. 9-15)

O momento da passagem de uma situação de “terras soltas” para outra, a de “fundos ou fechos de pasto”, pode também ser visualizado no desafio para atualização das formas de gestão do “uso comum”. Nesta perspectiva precisamos visualizar as condições de possibilidade para atualização das normas e dos conhecimentos tradicionais dos agentes sociais que partilham o “uso comum” dos recursos.

Os conhecimentos tradicionais e as normas que regulam o “uso comum” dos recursos mudam consoante os processos de transformações sociais. (ALMEIDA, 2011, p. 20) No caso aqui estudado, percebe-se um processo de intensa mobilização em torno da afirmação de direitos territoriais que propiciaram a consolidação de formas organizativas em torno de uma categoria específica de autodefinição: “Comunidades de Fundos ou Fechos de Pasto”. Estas formas organizativas se apresentam como uma identidade coletiva que fortalece estruturas comunitárias e as práticas de “uso comum”. Possuem autonomia organizativa, representada formalmente pelas “Associações”, pela

³⁶ Atualmente esta formulação encontra resistência na própria Procuradoria Geral do Estado da Bahia (PGE/BA). Para isso os procuradores se baseiam em uma interpretação da Constituição Estadual de 1989, alegando que a terra pertence ao Estado e que não se poderia conceder um título de propriedade, e sim a concessão do direito real do uso. Essa interpretação está se referindo apenas à área de “fundo de pasto” não alterando o processo das “áreas individuais”.

“Central de Associações” e pela “Articulação Estadual de Comunidades de Fundo de Pasto”.

Nesse caso a relação afetiva não é sinônima de relações tradicionais, como poderia sugerir uma leitura estrita das interpretações weberianas. O sentido de uso comum mostra-se político denotando uma autoconsciência cultural e um certo “jeito de viver” tradicionalmente, que implica uma ação política coletiva, seja no sertão ou na floresta, no litoral ou nos lagos da região amazônica. (ALMEIDA, 2011, p. 20)

As novas formas de organização passam a fazer parte da vida das famílias de “comunidades de fundo e fecho de pasto” e podem ser observadas em distintos grupos sociais, como povos indígenas, comunidades quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, faxinalenses, pescadores. Estas formas organizativas não se restringem à contratos formais entre sócios que comumente são relacionados à relações associativas. Também não se restringem à grupos étnicos ou de parentes, da família ou do povoado, que repetidamente são relacionados à relações afetivas e tidas como tradicionais. (ALMEIDA, 2008, p. 29-30)

Nas “Comunidades de Fundo de Pasto” de Oliveira dos Brejinhos e no fecho de pasto Brejo Verde a coesão e solidariedade entre pessoas de famílias distintas foram reforçadas com a presença dos grileiros que criaram uma situação de adversidade e conflito. A resistência foi orientada por um grau de conscientização que criou ou reforçou redes de solidariedade. A noção de “tradicional” incorporou a identidade “fundo / fecho de pasto” propiciando uma mobilização continuada. As unidades sociais podem ser então descritas como “unidades de mobilização”. (2008, p. 30)

Os próprios agentes sociais inseridos nestas unidades de mobilização percebem que o saber prático precisava ser atualizado. Esta atualização se refere às formas de conservação e renovação dos recursos naturais partilhados pelo “uso comum”, dentro de uma lógica orientada pelo modo de vida tradicional. Este saber constrói as normas que regulam o acesso aos recursos, orienta as tecnologias utilizadas e a forma de manejo agrícola e animal.

A reivindicação pela implantação dos “fundos e fechos de pasto” foi realizada num contexto na qual havia uma grande alteração na disponibilidade das “terras abertas”, como uma maior interferência da ação do Estado. A ação do Estado estimulou e favoreceu a presença de outros agentes, que continuam a buscar formas de se apropriar dos recursos naturais utilizados pelas “Comunidades de Fundos e Fechos de Pasto”. Estes agentes representam interesses que efetivam uma forma de apropriação

dos recursos naturais que não é partilhada pelo “uso comum”, como as carvoarias, as mineradoras e as fazendas de monocultivos. São interesses empresariais marcados pela lógica de mercado.

Assegurar a conservação e a reprodução dos recursos naturais passa por uma nova compreensão das forças sociais presentes na região, passa pela compreensão dos limites e possibilidades das novas formas organizativas, nos limites das tecnologias utilizadas. Passa também em estabelecer relações com o Estado, e em elaborar estratégias de enfretamento contra antagonistas, a identificação de alianças com outras instituições. A atualização de um saber que permite desenvolver o modo de vida com autonomia. Atualizar o saber, base do conhecimento tradicional, ao mesmo tempo que o modo de vida se renova.

A renovação não significou a extinção do “uso comum”, mas a alteração de como ele é praticado, de como ele é regulado. Ocorreu a reinvenção da tradição.

BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, H. Prefácio. In: RICOVERI, G. **Bens Comuns versus Mercadorias**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012. Cap. Prefácio, p. 9-15.

ALMEIDA, A. W. B. D. **Terras de quilombo, terras indígenas, "babaquais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2ª Edição. ed. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, A. W. B. D. Prefácio. In: CAMPOS, N. J. D. **Terras de uso comum no Brasil: abordagem histórico espacial**. Florianópolis: UFSC, 2011. p. 13-23.

ALMEIDA, A. W. B. D. Cartografia social da Amazônia: os significados de território e o rito de passagem da "proteção" ao "protecionismo". In: NELSON SIFFERT, M. C. W. D. A. M. H. M. M. L. **Um Olhar Territorial para o Desenvolvimento da Amazônia**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 351-369.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. Atos do Estado. In: _____ **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 39-42.

CARVALHO, F. P. D. **Fundos de Pasto: Organização e Território**. Salvador: PPGCS/UFBA, 2008.

CARVALHO, F. P. D. **Fundos de Pasto: territorialidade, luta e reconhecimento**. Salvador: Tese Doutorado PPGA/UFBA, 2014.

OSTROM, E. **Governing the commons:** the evolution of institutions for collective action. New York: Cambridge University Press, 1990.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. “Uma etnologia dos “índios misturados”?” Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: _____ **A viagem da volta:** etnicidade, política e reelaboração cultural no nordeste indígena. São Paulo: UNESP, 2004. p. 19-58.